



Pequenos negócios na mira de Lula e Flávio

Petista aposta em anistia de dívidas e crédito para empresasa do Simples Nacional, enquanto candidato do PL promete retomar incentivos fiscais e reduzir impostos

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

As micro e pequenas empresas ganharam espaço na disputa presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), com propostas de alívio de dívidas, ampliação do crédito e redução de impostos. Na reta final da campanha, o governo petista anunciou medidas para microempreendedores individuais (MEIs) e sinalizou o perdão de débitos de empresas de eventos, bares e restaurantes enquadradas no Simples Nacional. Flávio, por sua vez, prometeu retomar o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e defendeu a desoneração de pequenos negócios.

O governo Lula deve enviar à Câmara dos Deputados um projeto para anistiar dívidas com a União de empresas dos setores de eventos, bares e restaurantes enquadradas no Simples Nacional, regime tributário simplificado para negócios com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões.

A iniciativa foi anunciada na semana passada pelo ministro do Empreendedorismo e das Empresas de Pequeno Porte, Paulo Henrique Pereira. Segundo ele, a proposta busca atender a um segmento que ainda enfrenta dificuldades decorrentes da pandemia de covid-19 e dos obstáculos econômicos acumulados nos últimos anos.



Micro e pequenas empresas estão no centro da disputa presidencial

O anúncio ocorreu na mesma semana em que o Planalto apresentou outras medidas para os MEIs, incluindo uma nova modalidade do programa Desenrola para renegociação de dívidas com bancos privados e a ampliação de um para até dois funcionários do limite de contratação por microempreendedores individuais.

O governo também projetou, para um eventual novo mandato de Lula, a criação de um benefício de R\$ 5 mil para MEIs, destinado à

compra de equipamentos e à estruturação dos negócios.

Para Paulo Henrique Pereira, o custo fiscal das medidas pode ser compensado pela recuperação da atividade econômica e pela retomada do recolhimento de tributos. Segundo o ministro, a regularização dos débitos permitiria que empresas voltassem a operar no mercado e recuperassem a capacidade de gerar receitas.

“O impacto fiscal, assim como no caso dos MEIs, é um impacto fiscal que a gente estima como positivo,

porque você tem um custo pequeno para limpar a dívida, mas você reabilita esse setor a tributar, voltar pro mercado”, justificou.

O ministro também defendeu a criação de uma linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com juros inferiores aos praticados no mercado, para empresas de eventos e entretenimento. O financiamento, segundo ele, ajudaria os negócios a investir e a se adaptar a eventuais mudanças nas jornadas de trabalho. “Vai permitir que as pequenas empresas invistam, inclusive para fazer a transição da redução da escala 6x1”, explicou.

As medidas dialogam com as diretrizes apresentadas pela coligação Lula/Alckmin ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para um eventual novo mandato. O plano de governo prevê ampliar o financiamento a pequenos negócios por meio de bancos públicos e buscar um “tratamento tributário justo” para o segmento.

O documento também propõe ampliar a participação de pequenas empresas nas compras governamentais e expandir o Brasil Mais Produtivo, programa voltado ao aumento da eficiência e da competitividade empresarial, com iniciativas de digitalização e melhoria da produtividade.

A proposta prevê renegociação de dívidas, crédito e modernização dos negócios.

Retomada do Perse

Na outra frente da disputa, Flávio Bolsonaro confirmou que pretende restabelecer o Perse, caso seja eleito. Criado em 2021, durante o governo de Jair Bolsonaro (PL), o programa buscava reduzir os impactos econômicos da pandemia sobre empresas de eventos, cultura, entretenimento e turismo.

O Perse previa benefícios tributários, incluindo alíquotas zero de PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) para empresas habilitadas, conforme as regras do programa.

“Eu vou restabelecer o Perse para todos os setores de eventos culturais, shows e turismo, que hoje estão sufocados, endividados, pela crise que esse governo colocou o país inteiro”, declarou Flávio em vídeo publicado nas redes sociais na semana passada.

O programa passou por mudanças durante o governo Lula e foi encerrado em 2025, após restrições aos benefícios e decisões da equipe econômica liderada pelo então ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Entre as justificativas para limitar o incentivo estavam suspeitas de irregularidades, incluindo o uso indevido da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) para obter vantagens fiscais.

O plano de governo da coligação Flávio Bolsonaro/Alfredo Gaspar apresentado ao TSE prevê a redução e a desoneração de impostos para micro, pequenas e médias empresas. O documento também propõe o programa Brasil sem Fila, voltado à simplificação dos procedimentos para abertura de empresas e à redução de entraves burocráticos na gestão dos negócios.

As propostas dos candidatos refletem diferentes caminhos para enfrentar dificuldades recorrentes dos pequenos empreendedores, como dívidas acumuladas, acesso limitado a crédito e custos operacionais. Enquanto Lula destaca a renegociação de débitos, o financiamento público e o aumento da produtividade, Flávio enfatiza a redução da carga tributária e a retomada de incentivos fiscais, sobretudo para o setor de eventos.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Eleição de equívocos

Apesar do esforço hercúleo dos dois candidatos na reta final da corrida presidencial, com a ajuda dos grupos sociais mobilizados pelos seus partidos para agitar as redes e as ruas, além do forte envolvimento da imprensa, a eleição não foi sobre nenhum deles. Foi mais sobre rejeições e menos sobre os predichados de cada um.

Não se discutiu o que fazer para atender às reclamações de baixo para cima da pirâmide de renda, além de como engatar a marcha do crescimento da produção nacional, vulgo PIB, que há quase cinco décadas cresce abaixo da média mundial e se distancia dos mais bem-sucedidos emergentes, como Índia, China, Indonésia e Polônia.

As razões da cobrança por mais crescimento e melhor partilha da riqueza são substantivas. A população, entre 1980 e 2026, cresceu 76,8% ou 93 milhões de habitantes. Já a participação sobre o PIB global emagreceu de 4,3%, em 1980, para estimados 2,35% este ano, na métrica da paridade do poder de compra do FMI. Pelo PIB em dólar nominal, recuou de 2,4% para 2,10%. A verdade: o país perdeu vasto terreno na prosperidade mundial.

Os candidatos não tocaram nesta ferida e fizeram o de sempre, já que não há marquetagem capaz de adocicar realidade tão indigesta.

O presidente Lula foi pródigo em gastar com públicos específicos, mais de R\$ 350 bilhões apenas este ano, incluindo desonerações de impostos. O opositor Flávio Bolsonaro replicou com promessas vagas de ser ainda mais generoso que Lula, e sem austeridade fiscal.

O incumbente se lançou pela reeleição esperando consagração, não uma disputa de propostas e visões de mundo. O rival foi escolhido pelo seu principal eleitor, o ex-presidente Jair Bolsonaro, para ser o anjo vingador de sua derrota em 2022 por margem mínima, 2,1 milhões de votos, e dos que o condenaram a 27 anos de prisão por tentativa de golpe. Um queria aclamação; o outro, justicamento.

A nenhum dos dois ocorreu que parcela expressiva do eleitorado só queria repudiar o populismo assistencialista com claros sinais de exaustão orçamentária, liderado pela elite burocrática do Estado, estudantes organizados e a gerontocracia dos grupos políticos. Uma outra parcela do eleitorado foi às urnas para manter o que seria a sua visão de progressismo fortemente estatal e assistencialista, coligado aos lobbies financeiros e extrativistas da economia.

A intelligentsia escanteada

A lista de equívocos do que acabou sendo uma rinha de interesses personalistas de grupos sem programa nacional e projetos é vasta.

Reforçou a incompreensão o fato de o desafiante da hegemonia dos últimos 24 anos vê-la como expressão da esquerda do século passado, de corte social-democrata, “comunista”, conforme a simplificação grosseira de seus puxadores de voto. A esquerda, por sua vez, hostilizou os eleitores da outra frente, taxando-os de extrema-direita, fascistas e outros “istas” lançados para humilhar, não para categorizar.

A verdade é que a resiliência da candidatura Bolsonaro não honra a qualidade de seu programa, tão vazio quanto a peça do PT, nem a lembrança do governo de seu pai, desastroso tanto na pandemia da covid-19 quanto no estresse das relações com Congresso e STF.

A força eleitoral está na rejeição a Lula e sua base política, o que inclui os partidos mal-apelidados de Centrão, já que grêmios formados para alugar base parlamentar ao governante minoritário e sacar dinheiro público por meio de emendas à lei orçamentária.

Lula subestimou essa rejeição, embora tivesse sido aconselhado no fim de 2022 a fazer um governo inovador tanto quanto as forças que movem a geoeconomia no mundo: digital na administração pública e faxinando obstáculos para impulsionar o investimento privado.

Que lhe faltou? O aconselhamento dos antigos companheiros do PT, parte afastada pelos infortúnios dos escândalos que abalaram o partido, parte alheada pelo círculo que envolveu o presidente, um misto de petistas com vocação de centrão e a esquerda identitária.

O sucesso relativo do Lula 1 e 2 e de parte do governo Dilma veio da intelligentsia da esquerda escanteada, além do think tank que encabeçou a formulação de seus principais programas e projetos.

O sem caminho da polarização

Mais forte que tudo, porém, foi a propensão de Lula a entender o fomento econômico e social como obra de transferências de renda, incentivo ao endividamento das famílias e gastos tributários, nome de subsídios de tributos para setores decadentes ou alvo da enorme concorrência da China — aço, vestuários, eletrônicos, carros etc.

Tais decisões lesaram o orçamento federal, alavancaram a dívida pública para cobrir deficits fiscais, puseram a carga tributária e a taxa de juro em níveis recordes, enquanto o crescente peso das normas regulatórias foi tirando a competitividade dos negócios. É o que precisa ser enfrentado, e será de algum modo, sob pena de os conflitos saírem de controle, como se vê na Europa e nos EUA.

É de um novo ciclo de desenvolvimento que trata de maneira difusa a insatisfação em todas as faixas de renda. A falta de argumentos para justificar a ausência desse componente definidor do sucesso das nações, restou a um lado brandir o risco à democracia pelo seu opositor, que por sua vez reage aos ataques denunciando corrupção.

É um sem caminho, ainda mais com as forças reacionárias tentando se reagrupar no Congresso para enfrentar os novos ventos. Quanto tempo resta para a crise se agravar? Talvez um semestre em 2027.

4º Ciclo de Desenvolvimento

A largada de 2027 exige quatro antecedentes: sanear as dívidas de pessoas e empresas; ação organizada contra os juros impraticáveis; coordenação fiscal, monetária e da dívida pública; e articulação empresarial. Sem eles, a urgência consumirá o planejamento e a boa vontade da sociedade com o governante, o parlamento e o STF.

Depois das eras Vargas, JK e Brasil Potência, o país precisará de um 4º Ciclo de Desenvolvimento, reunindo democracia, inteligência e soberania com controle civil, conhecimento e IA, investimento facilitado e resultados medíveis e socialmente compartilhados.

O vencedor da eleição precisa organizar, ainda na transição, o núcleo responsável por preparar as decisões das primeiras horas; isso requer instalar a coordenação, nomear responsáveis e ordenar um Mapa de Capacidades, Dependências e Ativos Estratégicos.

Os balizadores para 2030 são a inflação estabilizada em torno de 4%, convergindo para a meta de 3%; Selic nominal em torno de 7%; resultado primário tendendo a superávit já na passagem para 2028; investimento evoluindo de 17% para 25% do PIB em quatro anos; e crescimento real médio ao redor de 3,5% ao ano, podendo ir além.

Planejamento estratégico democrático, tecnologicamente informado, aberto ao investimento e orientado pela soberania nacional — esse é o lema para 2027 em diante. O resto é bobajada de redes sociais.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 25/10/2026

ADEMI DF acompanha tendências e aponta a consolidação da sustentabilidade como fator estratégico para projetos do setor

Durante décadas, o valor de um edifício esteve associado à localização, ao padrão construtivo e à qualidade dos acabamentos. Esses atributos seguem fundamentais, mas uma nova geração de empreendimentos passa a incorporar eficiência ambiental, inteligência operacional, resiliência climática e desempenho ao longo da vida útil.

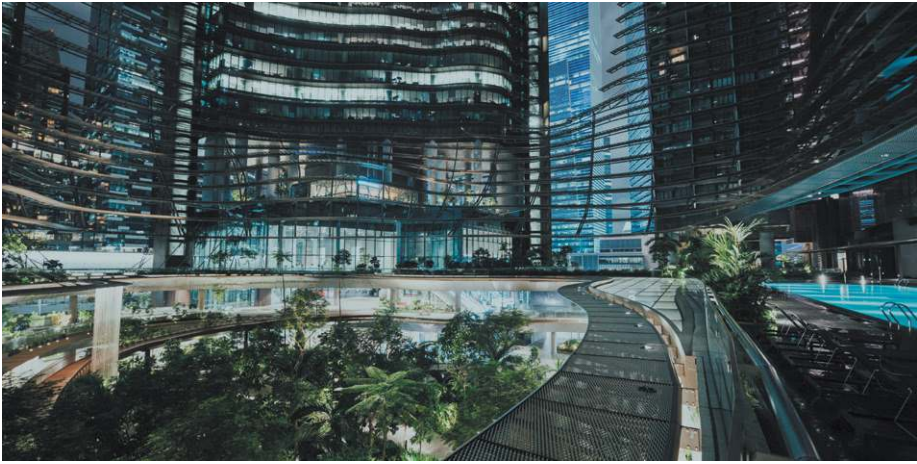
Segundo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da GlobalABC, publicado em maio de 2026, edifícios e construção respondem por 37% das emissões globais e por quase 50% da extração mundial de materiais.

Nesse cenário, o edifício do futuro não é apenas o que tem mais tecnologia. Sensores, automação e Inteligência Artificial ganham valor quando ajudam a reduzir consumo de energia e água, antecipar falhas, melhorar o conforto e prolongar a vida útil dos sistemas. Sustentabilidade e inteligência precisam caminhar juntas, com resiliência diante de ondas de calor, chuvas intensas e outros eventos extremos.

No Brasil, essa agenda já alcança o sistema financeiro. A cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e a IFC, do Banco Mundial, e iniciativas de financiamento sustentável mostram que eficiência, certificação e resiliência começam a dialogar com crédito, risco e valor imobiliário.

Para Brasília, a oportunidade é especial. Insolação intensa, seca prolongada, baixa umidade e chuvas concentradas exigem edificações mais eficientes e adaptadas ao território. A ADEMI DF acompanha tais tendências e atua para aproximar mercado, poder público e instituições financeiras nessa transição, com vistas a construir avanços para o mercado imobiliário.

O edifício do futuro será aquele capaz de consumir menos, compreender melhor seu funcionamento e adaptar-se às condições ambientais. Sustentabilidade deixa de ser apenas responsabilidade ambiental e passa a representar qualidade do produto imobiliário, competitividade e visão de longo prazo: essa nova mentalidade terá como principal beneficiário o comprador.



SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf